

Biblioteca Municipal de Faro

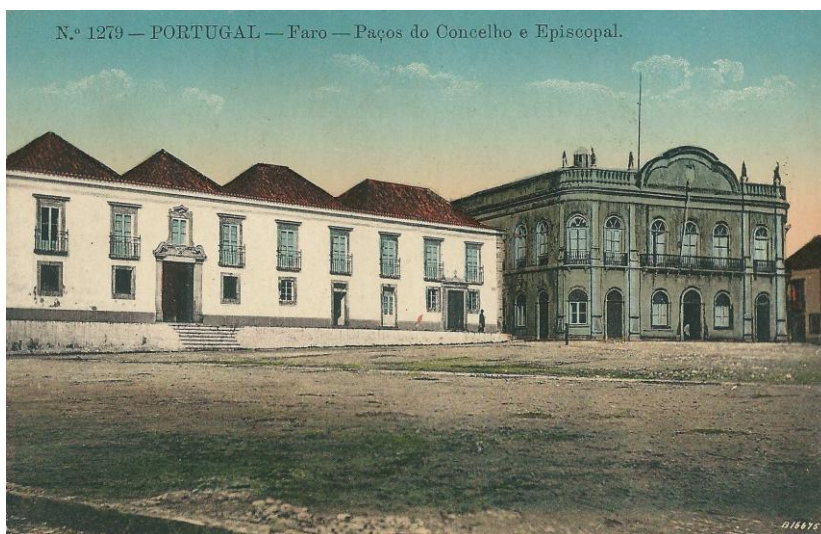
– Uma riqueza à espera do futuro

José Carlos Vilhena Mesquita

Uma das causas da decadência cultural, de que enferma o nosso país, reside especificamente na inexistência das instituições fundamentais ao desenvolvimento do espírito científico. Refiro-me concretamente à escola, às instituições e organismos paralelos, figurando entre estes os laboratórios, os observatórios, os arquivos e as bibliotecas. Penso que é fundamentalmente das bases para as cúpulas que decorre e progride o saber, e não no movimento inverso como tem sido propalado, pois que é pela leitura, pesquisa e investigação que se desenvolve a ciência e a tecnologia. Logo, temos de concordar que sem bibliotecas não poderá existir o saber, consciente, prático e erudito, que todos quantos palmilham os caminhos da ciência esperam algum dia alcançar.

O Algarve não foge à regra, se bem que nele se façam sentir as carências de apoio cultural com maior agudeza do que na generalidade do país. Senão vejamos: do rio Minho ao Mondego existem quatro Universidades e dois Institutos Politécnicos, do Mondego ao Tejo há que assinalar pelo menos em Lisboa cinco Universidades e dos Institutos, do Tejo ao Guadiana existe apenas uma Universidade e em Évora. Perante este quadro, somos forçados a constatar que a capital é a região mais apoiada pelo ensino superior, o que denota a macrocefalia do país. Mas o que não está certo é a inexistência concreta de uma Universidade no Algarve, muito embora ela já figure no papel, sem todavia se saber claramente que cursos irão lecionar. Porém, desde já podemos ficar cientes de que quando a almejada universidade franquear as suas portas aos jovens estudantes, vai enfrentar o mais grave problema que se pode deparar à investigação académica: a alta de uma biblioteca. Ela existe, sim, e não é má de todo. No entanto, não nos parece ainda suficientemente apoiada de valores humanos e materiais, para se poder encarar risonhamente a instalação de estudos superiores na cidade de Faro.

Ter ou não ter universidade, eis a questão. Parece ser uma questão shakespeariana de abordar este problema, que até ao presente muita tinta tem feito correr e muita polémica tem gerado por esse Algarve. Como nela não nos queremos imiscuir, achamos por bem orientar as nossas reflexões para o património bibliográfico da própria Biblioteca Municipal de Faro, que por ser a mais importante da província merece criteriosa atenção.



Um pouco de história

Fundada a 11 de Fevereiro de 1902, por iniciativa do então presidente do município Dr. José Emílio da Conceição Flores, a Biblioteca Municipal de Faro visava o desenvolvimento cultural dos seus

utentes, objetivo esse que, na época, só seria viável mercê dos donativos particulares e ofertas bibliográficas que alguns farenses puderam efetivar.

Na verdade o Dr. Flores, monárquico de gema e homem de elevado sentimento algarviísta, apresentou na reunião camarária, realizada no dia 3 de Junho, o projeto de instalação da Biblioteca Municipal, da qual, já nessa altura, faziam parte várias centenas de tomos oferecidos por particulares, ao lado de algumas raridades oriundas do arquivo municipal e do museu. Faltava agora estipular concretamente, mediante o consenso de todos os distintos vereadores, qual o local exato em que se deveria erguer o altruísta empreendimento cultural.

Decorridos nove meses, mais propriamente a 13 de Novembro, o Dr. Flores comunicou aos dignos representantes da edilidade, que o espólio da Biblioteca ultrapassava os dois milhares de volumes e que a sua sede passaria a figurar junto aos Paços do Concelho, na Travessa Rasquinho. Os primeiros tempos decorreram pois num



ambiente experimental, praticamente provisório, a ver o que aquilo dava. Como, efetivamente, a iniciativa fosse bem acolhida pelos munícipes e apoiada pelas entidades oficiais, verificou-se que a afluência era numerosa e que carecia, por isso, de todo o apoio que os responsáveis pelo poder local lhe pudessem dispensar.

Efetivamente, em 1904, o então presidente do município, Prof. João Rodrigues Aragão, propôs, segundo reza a ata da reunião camarária, «para o cargo gratuito de Bibliotecário e conservador da Biblioteca e Museu», o douto Inspetor Escolar, Sr. Henrique Augusto da Cunha Soares Freire. Trata-se, portanto, de uma personalidade escolhida, não só por opção política, como

igualmente pelo prestígio e erudição que este cavalheiro reunia. Não pretendemos tecer encómios à sua carreira cultural, por não ser esse o nosso objetivo, embora consideremos que muito está ainda por historiar, nomeadamente no campo literário-cultural de que este Algarve é sobejamente rico. Pouco ou nada se sabe da História da Biblioteca Municipal de Faro, nomeadamente sobre os seus fundadores e impulsionadores políticos, os seus diretores técnicos e doadores particulares. Aparte os «Anais do Município de Faro», que grosso modo nos serviram de fonte para estudar o assunto, raras são as publicações que por essa província se preocupam com os valores e personalidades que deram a esta terra o cerne e o prestígio que o turismo veio impulsionar nas últimas décadas.

Pensamos que muito está ainda por realizar campo da História da Cultura Algarvia, salvo raras e honrosas exceções, que, por serem escassas, nos dispensamos de referir. Urge encontrar alguém, que a seu cargo tome a responsabilidade de proceder à investigação e à elaboração de um estudo profundo, capaz de traçar a verdadeira evolução desta prestimosa instituição.

O que é a Biblioteca

Presentemente a Biblioteca Municipal conta com um espólio que, em números redondos, ronda os 17000 volumes, percorrendo um trajeto ideográfico que vai da Teologia às Ciências Sociais, passando pelas Ciências



Puras e Aplicadas. De um modo geral, a sua riqueza bibliográfica situa-se ao nível das designadas ciências históricas, pelo que constitui um privilegiado local de trabalho para os aprendizes de historiador que no nosso Centro de Apoio à Universidade de Lisboa concretizam as suas formaturas académicas. Refira-se, no entanto, que o caudal de leitores não ultrapassa

grosso modo, as seis dezenas mensais, o que para uma população estudantil calculada em 400 formandos é francamente desolador. Por aqui podemos avaliar, e até compreender, o elevado insucesso escolar que se tem verificado ultimamente nos estabelecimentos escolares da cidade. Os jovens procuram o café, a discoteca, a droga e outros “estupefacientes sociais” que os alienam do sistema, arredando-os das instituições de cultura e outros locais de elevação espiritual.

Entre as raridades bibliográficas contam-se seis incunábulos, acrescido de um microfilme do Pentateuco e pela fotocópia do Tratado do Divórcio, obras essas que foram no século XV impressas em Faro, na oficina do mestre Samuel Gacon. Portanto, relativamente ao Quatrocentismo, muito pouco há

para estudar que não seja Teologia. Quanto ao século XVI o número de volumes eleva-se para oitenta e oito, continuando, todavia, a imperar a matéria teológica. No que respeita ao século seguinte o panorama é bastante mais encorajante: 194 obras, abarcando um vasto leque de assuntos, muito mais diversificado e abrangente. Por fim, ao século XVIII pertencem 276 volumes, e alguns deles são autênticas preciosidades, que bem mereciam encontrar-se num melhor estado de conservação. Aliás, a razão de, na sua maioria, serem obras de Teologia, deve-se ao facto de constituírem em si o «fundo eclesiástico» doado pelo Seminário e pelo Paço Episcopal. Por outro lado, o seu estado de ruína deve-se à negligência das entidades oficiais que tomaram a seu cargo a resolução de amontoarem estas “velharias” na capela sobreposta ao Arco da Vila. Como é óbvio os elementos naturais e as intempéries, em parceria com os vermes (bibliofágicos), provocaram uma devastação ruínosa nos velhos livros, que pela sua vetusta idade já apresentavam antes sinais de desgaste. Portanto, aquele precioso espólio que aconselhava melhor recato e urgente restauro, foi colocado ao abandono e sem quaisquer condições de resguardo numas águas-furtadas, em proibida convivência com as traças, as baratas, os ratos e até os pombos, que ali faziam os seus ninhos. A cultura sempre foi tratada com desdém e sobranceira, mas nem sempre como lixo.



Seja como for, entre os seculares volumes que mesmo assim sobreviveram à devastação natural, podem encontrar-se obras de elevada importância literária e histórico-cultural, nomeadamente de autores como Aristóteles, Cícero, Erasmo, Flávio Josefo, Frei Luís de Granada, São João

Crisóstomo, João de Lucena, Ambrósio de Morales, Jerónimo Osório, Amador Arrais, Venerável Beda, Frei Bernardo de Brito, Frei António Brandão, Jorge Cardoso, Frei Marcos de Lisboa, Fernão Mendes Pinto, Bento Pereira, Frei Leão de São Tomás, António Vieira, São Tomás de Aquino, Frei André de Barros, João de Barros, Rafael Bluteau, João Baptista de Castro, D. António Caetano de Sousa, Luís António Verney e muitos outros. Acerca destas preciosidades literárias, o Prof. Pinheiro e Rosa elaborou um circunstanciado catálogo que se encontra publicado nos «Anais do Município» e dele se extraiu uma separata, cuja edição, felizmente, ainda pode ser adquirida no Museu Lapidar e Arqueológico Infante D. Henrique. Já agora, refira-se que o Prof. Pinheiro e Rosa dedicou, salvo erro, cerca de 15 anos à organização, direção e conservação da Biblioteca Municipal, da qual, aliás, viria a retirar-se por limite de idade. Ao longo desse tempo escreveu vários trabalhos de investigação e a ele se deve, inclusivamente, a fundação, direção e orientação científica dos «Anais do Município de Faro» uma das mais notáveis publicações científicas do país.

2º artigo (publicado a 30-6-1981)

Atualmente, e após oito meses de encerramento para a efetivação do seu processo de transferência, a Biblioteca Municipal encontra-se sedada no antigo Convento de Nossa Senhora da Assunção, conjuntamente ao Museu Arqueológico, estando à frente dos seus destinos a Sr.^a D.^a Maria do Carmo Patrício, funcionária desta instituição vai para vinte anos. Curiosamente, e isto apenas a talhe de foice, também dirige a Biblioteca da Fundação Gulbenkian há mais de catorze anos, sem nunca receber qualquer remuneração. Parece impossível, mas é verdade. Todavia, a D.^a Maria do Carmo, apesar de exercer as funções de diretora, não o é efetivamente, e isto porque não possui as habilitações necessárias e fundamentais para o desempenho dessas funções.

Procuramos então saber o porquê desta situação. Tanto quanto sabemos, vai para um par de anos que este impasse se desenrola sem nunca ter sido nomeado um diretor. Porquê? Muito embora tenha sido anunciado no «Diário da República» a existência de uma vaga a concurso, o certo é que ninguém apareceu a candidatar-se, pelo menos com as habilitações requeridas (curso de História e de Biblioteconomia). Será que ninguém a sul do Tejo preenche tais requisitos? Penso que, efetivamente, o problema não deverá explicar-se por aí, mas antes pela remuneração do cargo em si, que é de longe inferior ao de um professor do ensino secundário. Ora, se as habilitações pedidas são as de um docente, para mais especializado no campo bibliográfico, não compreendemos o porquê de um nível de salário diferente, ou seja, bastante inferior. Estamos em crer que a falta de informação e o desnivelamento salarial são, portanto, as verdadeiras causas deste impasse.

Da biblioteca que temos à biblioteca que queremos

Tanto quanto podemos constatar, as instalações atuais, embora aceitáveis, são francamente exíguas, pois que a sala de leitura é pequena e possui apenas duas dezenas de mesas. Mas, se tivermos em conta a frequência diária (praticamente nula) nada há a objetar, embora gostássemos que no futuro a afluência de estudantes e investigadores permitisse alertar as entidades responsáveis para este facto.

Por outro lado, queixam-se os estudantes de nível superior da inexistência de um catálogo ideográfico, que possibilite a pesquisa bibliográfica por assuntos, facto esse que na circunstância retira grande mobilidade ao corpo material da biblioteca. Realmente existem apenas dois catálogos, um onomástico e outro didascálico, o que apesar de serem indispensáveis não resolvem os problemas dos utentes. Falta, além disso, um serviço de apoio à



investigação e ao estudante universitário, no sentido de lhe serem facultadas fotocópias, a baixo preço, de textos indispensáveis à consumação dos seus trabalhos. Na verdade, ao preço de 10\$00 cada fotocópia, não podemos dizer que se facilita a vida ao estudante, que por ser de fora ou por incompatibilidade de horários, não pode despendar horas a fio na sala de leitura. Há, portanto, que repensar este problema. Além disso, porque é que se não faculta ao utente o manuseamento dos ficheiros, isto é, dos catálogos bibliográficos? Talvez assim os jovens estudantes se habituassem a “trabalhar”, ou a compreender melhor, uma biblioteca e futuramente tivessem mais apreço pelos livros e pela leitura.

Há ainda outras questões de carácter específico a que urge dar solução. Por exemplo, porque é que até à data ainda não se fotocopiaram obras manuscritas e impressas que existem na Biblioteca Nacional, ou noutras instituições similares, relativas aos valores culturais e à história do Algarve? Porque é que a Câmara Municipal não toma a seu cargo a responsabilidade de dotar a atual diretora das habilitações que acharem indispensáveis ao cabal desempenho das suas funções? Sempre era uma consideração ao fim de quase duas décadas de trabalho naquele estabelecimento. Será que os 200 contos anuais, orçamentados pela Câmara para apoio das aquisições bibliográficas, são suficientes? Conforme conseguimos apurar, as verbas despendidas anualmente não chegam sequer a um terço do total orçamentado. Não existe sequer um consultor bibliográfico para aconselhar na aquisição dos livros! Segundo pudemos apurar, e apesar da boa vontade dos funcionários, as bibliografias apresentadas pelos alunos universitários não têm sido adquiridas, salvo um ou outro livro de aquisição local. Porque não se consultam os alfarrabistas de Lisboa e do Porto, que, por vezes, colocam à venda autênticos monumentos da investigação científica, que muita falta fazem na maioria das nossas bibliotecas? São esses livros que deviam estar ao dispor da comunidade, que normalmente vão ter às estantes de particulares, exatamente por negligência ou desconhecimento da parte das entidades oficiais. E o pior é que muitas desses monumentos bibliográficos, assim como alguns manuscritos que são verdadeiras preciosidades da cultura lusíada, vão parar ao estrangeiro.

Enfim, há um sem-número de questões que se poderiam apontar, mas que não vale a pena insistir, pois sabemos que a estas coisas da cultura os responsáveis políticos não ligam qualquer importância. Tão pouco interessa saber se se trata de ignorância ou de incúria. O certo é que este Algarve não é só turismo, também é cultura. Será que os nossos governantes ainda não se aperceberam disso? É já tempo de fazerem algo pela cultura, por isso aconselhamos a começarem pela Biblioteca Municipal, se quiserem ter amanhã uma universidade condigna e à altura dos justos anseios do povo algarvio.